



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Repositórios institucionais brasileiros e acessibilidade digital: lacunas em políticas institucionais

Brazilian institutional repositories and digital accessibility: gaps in institutional policies.

Blena Esteam dos Santos – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) – blenasantos@ibict.br

Janicy Aparecida Pereira Rocha – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – janicy.rocha@unirio.br

Priscila Machado Borges Sena – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) – priscilasena@ibict.br

Resumo: Estudo quali-quantitativo de natureza documental que investiga a presença de políticas de acessibilidade digital nos repositórios institucionais das dez universidades brasileiras com maior quantitativo de registros no Oasisbr. Fundamenta-se nos debates sobre Ciência Aberta, acessibilidade digital e Justiça Informacional. A coleta de dados foi realizada nos *websites* institucionais, repositórios e bibliotecas digitais das universidades selecionadas. Os resultados evidenciam a ausência de políticas específicas de acessibilidade digital nos repositórios analisados, bem como a predominância de menções genéricas à acessibilidade em documentos institucionais. Conclui-se que a democratização do conhecimento científico ainda ocorre de forma parcial nos ambientes digitais de Ciência Aberta.

Palavras-chave: Acessibilidade digital. Políticas. Repositórios digitais. Universidades. Oasisbr.

Abstract: This qualitative-quantitative documentary study investigates the presence of digital accessibility policies in the institutional repositories of the ten Brazilian universities with the highest number of records indexed in Oasisbr. The study is grounded in discussions on Open Science, digital accessibility, and Informational Justice. Data collection was conducted through institutional websites, repositories, and digital libraries of the selected universities. The results reveal the absence of specific digital accessibility policies in the analyzed repositories, as well as the predominance of generic mentions of accessibility in institutional documents. It concludes that the democratization of scientific knowledge still occurs only partially within Open Science digital environments.



Keywords: Digital accessibility. Policies. Digital repositories. Universities. Oasisbr.

1 INTRODUÇÃO

O fortalecimento do Movimento de Acesso Aberto (MAA) e da Ciência Aberta (CA), impulsionado por iniciativas como a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), ampliou a disseminação e a visibilidade da produção científica em ambientes digitais, especialmente por meio dos repositórios institucionais (RIs) e dos periódicos de acesso aberto (Leite, 2009; BOAI, 2002). Nesse contexto, a Ciência Aberta é compreendida como um conjunto de práticas voltadas à transparência, colaboração, inclusão e compartilhamento do conhecimento científico, fundamentadas em princípios como equidade, diversidade e benefício coletivo (Unesco, 2022).

Embora os repositórios institucionais sejam frequentemente apresentados como instrumentos de democratização do conhecimento científico, a disponibilização aberta dos conteúdos não garante, necessariamente, sua acessibilidade. A permanência de barreiras digitais pode comprometer o acesso e a participação de diferentes sujeitos nos ecossistemas científicos, especialmente pessoas com deficiência. Assim, discutir acessibilidade digital em ambientes científicos implica também refletir sobre Justiça Informacional e sobre condições equitativas de acesso à informação científica. Sob essa perspectiva, Mathiesen (2015) compreende a Justiça Informacional como o tratamento justo das pessoas enquanto buscadoras, produtoras e sujeitas da informação, enfatizando que o acesso não depende apenas da disponibilidade dos conteúdos, mas também de condições relacionadas à compreensibilidade, encontrabilidade, alcance e usabilidade das informações digitais.

A acessibilidade digital envolve diretrizes, recursos e tecnologias voltadas à eliminação de barreiras em ambientes digitais e *web*, buscando promover autonomia e inclusão no acesso à informação (Silva, 2012). No contexto brasileiro, essas ações são respaldadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e por iniciativas como o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), fundamentado nas diretrizes internacionais da *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), além da Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas 17225/2025.

Entretanto, estudos recentes evidenciam limitações significativas na acessibilidade de ambientes e documentos científicos digitais, incluindo falhas em PDFs, descrições alternativas de imagens e compatibilidade com leitores de tela (Almeida; Alves, 2023; Andrade *et al.*, 2025). Tais questões revelam contradições entre os princípios inclusivos da Ciência Aberta e a ausência de políticas institucionais voltadas à acessibilidade digital.

Nesse cenário, os repositórios institucionais assumem papel estratégico como infraestruturas de informação científica e de democratização do conhecimento. Conforme Sena, Bonetti e Carvalho Segundo (2026), os repositórios institucionais ultrapassam sua dimensão estritamente técnica, constituindo-se como tecnologias convergentes que articulam informação, tecnologia, ética e cidadania, funcionando também como infraestruturas de justiça, memória e participação social. Tal perspectiva reforça que os RIs não atuam apenas como ambientes de armazenamento e disseminação da produção científica, mas também como instrumentos capazes de potencializar práticas de democratização informacional e inclusão no contexto da Ciência Aberta.

No Brasil, destaca-se o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que reúne documentos provenientes de repositórios institucionais, periódicos e bibliotecas digitais em acesso aberto. Como infraestrutura nacional de Ciência Aberta, o Oasisbr contribui para a visibilidade, integração e circulação democrática da produção científica brasileira, articulando instituições e fortalecendo práticas de acesso aberto no país (Ibict, 2026).

Diante desse contexto, questiona-se: os repositórios institucionais das dez universidades brasileiras com maior quantitativo de registros no Oasisbr possuem políticas específicas voltadas à acessibilidade digital? Quando inexistentes, de que forma a acessibilidade é mencionada em documentos institucionais correlatos, como políticas de bibliotecas, dos próprios repositórios, institucionais ou de acesso aberto?

Assim, o presente trabalho objetiva investigar a presença de políticas específicas voltadas à acessibilidade digital nos repositórios institucionais das dez universidades brasileiras com maior quantitativo de registros no Oasisbr, considerando também como

a acessibilidade é contemplada em documentos institucionais correlatos, como políticas de bibliotecas, dos repositórios, institucionais e de acesso aberto.

A pesquisa busca contribuir para os debates sobre Ciência Aberta, acessibilidade digital e Justiça Informacional, evidenciando a necessidade de políticas institucionais mais inclusivas nos ambientes científicos digitais e reforçando a compreensão de que a abertura da ciência somente se concretiza plenamente quando acompanhada de condições efetivas de acesso, participação e uso da informação por diferentes públicos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo quali-quantitativo de natureza documental. A coleta de dados foi realizada em 23 de abril de 2026 no Portal Oasisbr. Como recorte analítico, foram selecionadas as dez instituições brasileiras com maior quantitativo de registros indexados na plataforma na data da coleta, com o objetivo de verificar a existência de políticas voltadas à acessibilidade digital nos repositórios institucionais (RI) dessas universidades.

A escolha do Portal Oasisbr se sustenta na sua representatividade nacional e internacional das produções em acesso aberto, sendo este um metabuscador importante para apoiar a produção em acesso aberto e Ciência Aberta no país (Amaro; Campos; Barcelos, 2025). A pesquisa concentra-se nas universidades brasileiras devido ao seu protagonismo na disponibilização de produções científicas em acesso livre e gratuito, bem como em sua expressiva participação no ecossistema nacional de comunicação científica.

Após coleta dos dados no Oasisbr, constatou-se que as universidades com mais registros são as que constam no Quadro 1:

Quadro 1 - Universidades com os maiores quantitativos de registros no Oasisbr

Instituições	Quantitativo no Oasisbr
Universidade de São Paulo (USP)	~541 mil
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	~227 mil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	~225 mil
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	~161 mil
Universidade Federal do Ceará (UFC)	~102 mil

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	~94 mil
Universidade de Brasília (UnB)	~92 mil

Instituições	Quantitativo no Oasisbr
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	~89 mil
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	~83 mil
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	~71 mil.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Selecionadas as instituições acadêmicas, realizou-se uma consulta a *websites* de cada instituição, incluídos repositórios institucionais e bibliotecas digitais, examinando a presença e divulgação de políticas de acessibilidade. A verificação foi realizada nas seguintes etapas: **1)** primeiramente, foi realizada a busca por política de acessibilidade nos *websites* dos repositórios institucionais; **2)** também, realizou-se a busca por menções de acessibilidade nas políticas dos repositórios; **3)** depois, foi realizada a busca por política de acessibilidade nos *websites* das bibliotecas digitais; **4)** em seguida, foi feita a pesquisa por menções de acessibilidade nas políticas das bibliotecas; **5)** depois, realizou-se a busca por menções de acessibilidade nas políticas institucionais gerais das universidades, considerando, políticas de disseminação do conhecimento, resoluções sobre as produções acadêmicas, políticas de desenvolvimento da instituição e planos estratégicos; **6)** também, foi feita a pesquisa por menções de acessibilidade na política de AA, caso disponibilizada pela instituição; **7)** E por fim, foi realizada a busca por política de acessibilidade nos *websites* das universidade.

A partir da coleta dos dados¹, foi possível organizá-los em planilha, utilizando o Google Planilhas, e criar tabelas para facilitar a apresentação e análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados da pesquisa são sintetizados no Quadro 2, que apresenta a relação das instituições selecionadas no Oasisbr, bem como a indicação da presença de políticas de

¹ [Início da nota] Conjunto de dados está disponível no Repositório Aleia: <https://doi.org/10.48472/aleia/NK190M>.
[Fim da nota].

acessibilidade e de menções à acessibilidade em políticas dos RIs e/ou bibliotecas, das próprias instituições e de AA.

Quadro 2 - Presença de menção à acessibilidade em políticas de repositórios indexados no Oasibr

Instituição (sigla)	Política de Acessibilidade (digital/web)	Política de RI ou biblioteca	Política Institucional	Política de Acesso Aberto
USP	Não possui	Possui política com menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade
Unesp	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade
UFRGS	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Não encontrada
UFSC	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Não encontrada
UFC	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Não encontrada
UFMG	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política sem menção à acessibilidade	Não encontrada
UnB	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Não encontrada
Unicamp	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Possui política sem menção à acessibilidade
UFPR	Não possui	Possui política com menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Possui política sem menção à acessibilidade
UFPE	Não possui	Possui política sem menção à acessibilidade	Possui política com menção à acessibilidade	Não encontrada

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Com base nos dados apresentados no Quadro 2, observa-se que nenhuma das dez universidades analisadas possui política específica de acessibilidade digital direcionada aos RIs ou bibliotecas digitais. Da mesma forma, não foram identificadas políticas próprias de acessibilidade nos ambientes dos repositórios e bibliotecas analisados.

Os resultados convergem parcialmente com Anderson e Leachman (2020), que identificaram a predominância da ausência de políticas de acessibilidade em repositórios institucionais internacionais. Em estudo realizado com gestores de 139 repositórios, os autores constataram que 75% das instituições não possuíam políticas ou requisitos formais de acessibilidade. No presente estudo, entretanto, nenhum dos repositórios analisados apresentou políticas publicamente disponíveis em seus *websites*. Essa diferença pode estar relacionada às especificidades metodológicas e institucionais das pesquisas, considerando que Anderson e Leachman (2020) utilizaram questionários aplicados diretamente aos gestores, enquanto esta investigação concentrou-se na análise documental de políticas disponibilizadas publicamente.

Apesar da ausência de políticas específicas, nove universidades apresentam documentos institucionais que mencionam acessibilidade, ainda que de forma genérica e frequentemente associada à eliminação de barreiras físicas e à inclusão educacional. Em alguns casos, como na Unicamp e na UFPR, identificou-se o reconhecimento da necessidade de desenvolvimento de políticas de acessibilidade digital em documentos estratégicos institucionais.

Além disso, cinco universidades (USP, Unesp, UFC, UnB e UFPE) disponibilizam resoluções, diretrizes ou cartilhas que abordam acessibilidade, principalmente relacionadas ao espaço físico e ao uso de Tecnologia Assistiva (TA). Contudo, apenas USP e UnB apresentam documentos intitulados “Política de Acessibilidade”. Observa-se, ainda, que somente USP e UFPR mencionam acessibilidade em documentos vinculados aos RIs ou bibliotecas, enquanto apenas USP e Unesp apresentam políticas de Acesso Aberto com referências ao tema.

Os achados evidenciam que a acessibilidade digital ainda ocupa posição periférica nas políticas institucionais relacionadas à comunicação científica e aos ambientes informacionais digitais, reforçando a necessidade de maior protagonismo das bibliotecas universitárias e dos profissionais da informação na formulação de práticas e políticas voltadas à inclusão e à Justiça Informacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciam que a acessibilidade digital ainda ocupa posição periférica nas políticas institucionais relacionadas aos repositórios institucionais e aos ambientes de comunicação científica das universidades brasileiras com maior quantitativo de registros no Oasisbr. Embora a maioria das instituições analisadas apresente documentos institucionais que mencionam acessibilidade, tais referências concentram-se predominantemente em aspectos físicos, assistivos e educacionais, demonstrando limitada incorporação da acessibilidade digital nas políticas voltadas aos repositórios, bibliotecas digitais e práticas de Acesso Aberto. Nesse cenário, observa-se uma contradição entre os princípios de democratização defendidos pela Ciência Aberta e a ausência de diretrizes institucionais específicas que garantam condições efetivas de acesso, participação e uso da informação científica em ambientes digitais.

Os resultados reforçam a necessidade de maior protagonismo das bibliotecas universitárias e dos profissionais da informação na formulação, implementação e monitoramento de políticas de acessibilidade digital nos repositórios institucionais, considerando seu papel estratégico como infraestruturas de democratização do conhecimento científico e promoção da Justiça Informacional. Além de contribuir para a compreensão do cenário brasileiro, o estudo amplia os debates acerca da acessibilidade como dimensão fundamental da Ciência Aberta e aponta possibilidades para pesquisas futuras voltadas à análise qualitativa das políticas institucionais identificadas, investigando como a acessibilidade é abordada, quais sentidos lhe são atribuídos e em que medida tais documentos incorporam perspectivas inclusivas, éticas e socialmente comprometidas nos ambientes científicos digitais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Y. S. de; ALVES, R. L.. Acessibilidade nos periódicos científicos: Para além de uma necessidade. **Online Brazilian Journal of Nursing**, 22, 1-3, 2023. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6636/pdf_pt. Acesso em: 18 abr. 2026.

AMARO, B.; CAMPOS, F. de F.; BARCELOS, J. (org.). **Infraestruturas de ciência e de acesso aberto no Brasil**: iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

Tecnologia. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. 292 p. Disponível em: <https://omp-editora.prp.ibict.br/index.php/edibict/catalog/book/358>. Acesso em: 08 maio 2026.

ANDERSON, T.; LEACHMAN, C. Centering Accessibility: A Review of Institutional Repository Policy and Practice. **Journal of Librarianship and Scholarly Communication**, 8(General Issue), 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347174637_Centering_Accessibility_A_Review_of_Institutional_Repository_Policy_and_Practice. Acesso em: 10 maio 2026.

ANDRADE, D. A. F. de.; SANTOS, B. E. dos; LIMA, M. C. M. de; MORAIS, C. T. de; SENA, P. M. B.; MARQUES, G. S. Acessibilidade digital como inovação em revistas científicas brasileiras com práticas de Ciência Aberta. *In: Conferencia Internacional BIREDIAL-ISTEC, 25, 2025. Anais [...] 25ª Conferência Internacional BIREDIAL-ISTEC, 2025.* Disponível em: <https://submissions.istec.org/index.php/biredial-istec/article/view/391/91>. Acesso em: 18 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 maio 2026.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **Read the declaration.** Budapest: BOAI, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict). Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Sobre. 2026. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em: 16 maio 2026.

LEITE, F. C. L.. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliarGerenciar.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.

MATHIESEN, K. Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610076>. Acesso em: 15 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta.** Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 17 abr. 2026.

SENA, P.; BONETTI, L. G.; CARVALHO SEGUNDO, W. L. R. de. Repositórios Institucionais como tecnologia convergente de saberes institucionais. In: SILVEIRA, Luhilda Ribeiro; MENDES, Suênia Oliveira; PECEGUEIRO, Cláudia. **Convergências para o acesso aberto:**

políticas, tecnologias e práticas em transformação. São Luís: EDUFMA, 2026, p. 72-91.
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18912538>. Acesso em: 15 maio 2026.

SILVA, S. da. Acessibilidade digital em ambientes virtuais de aprendizagem. **Revista GEINTEC**, São Cristóvão, v. 2, n. 3, p.245-254, 2012. Disponível em: <https://revistageintec.net/old/wp-content/uploads/2022/02/p-245-254.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.